

Versão atualizado a 28/02/2018

PRODUÇÃO DE CÂNHAMO

Introdução

Tendo em consideração a especificidade da cultura do cânhamo, que tem um conjunto de condicionantes de ordem legal decorrentes da possibilidade da sua utilização para fins ilícitos, esta nota pretende apresentar breve síntese de legislação aplicável à produção de cânhamo, bem como uma súmula de esclarecimentos a várias questões frequentemente colocadas.

Enquadramento

O cânhamo está englobado na **Organização Comum de Mercados Agrícolas (OCM)**¹, onde, com o objetivo de evitar que o mercado de cânhamo destinado à produção de fibras seja perturbado por culturas ilícitas de cânhamo, são definidas condições de importação de cânhamo e sementes de cânhamo com vista a assegurar que os produtos em causa ofereçam certas garantias no que diz respeito ao teor de tetra-hidrocanabinol (THC). Por outro lado, a importação de sementes de cânhamo não destinadas a sementeira é subordinada a um regime de controlo que inclui um sistema pelo qual os importadores em causa devam ser aprovados.

O setor do cânhamo abrange os produtos referidos no Anexo I, parte VIII da OCM e a campanha de comercialização é de 1 de julho a 30 de junho do ano seguinte.

A produção de cânhamo pode beneficiar do pagamento de base desde que cumpra determinadas disposições.

Síntese legislação aplicável diretamente ao setor do Cânhamo

R1308/2013

Art. 189º Importações de Cânhamo

O cânhamo está sujeito a disposições especiais de importação, só podendo ser importado para a União se forem satisfeitas as seguintes condições:

¹ Regulamento (UE) nº 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas

- O cânhamo em bruto do Código NC 5 302 10 00 com um teor de THC não superior a 0,2 %.
- As sementes de variedades de cânhamo do código NC ex 12 07 99 20, destinadas à sementeira, devem ser acompanhadas do boletim oficial de análise referente a cada lote que comprove que o teor de THC do lote em causa não é superior a 0,2 %, as variedades devem estar inscritas no catálogo comum das variedades das espécies agrícolas. Previamente à importação das sementes deve ser solicitado à DGAV o respetivo parecer, devendo para o efeito ser preenchido e remetido o formulário disponível em <http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/genericos?actualmenu=3662765&generico=3662766&cboui=3662766> e do certificado de importação “AGRIM”².
- As sementes de cânhamo não destinadas à sementeira do Código NC 12 07 99 91 só podem ser importadas por importadores aprovados pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P (INFARMED).

R Delegado 639/2014

Artº. 9º-Elegibilidade das superfícies para a produção de Cânhamo

A elegibilidade das superfícies utilizadas para a produção do cânhamo está sujeita à utilização de sementes certificadas que, em 15 de março do ano a título do qual o pagamento é concedido constem do [Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas](#).

R1307/2013

A produção de cânhamo pode beneficiar do pagamento de base desde que os pagamentos sejam concedidos unicamente em relação às superfícies semeadas com variedades de cânhamo que ofereçam certas garantias no que diz respeito ao seu teor de substâncias psicotrópicas e sujeitas à utilização de semente certificada de variedades de cânhamo e verificação do seu teor de THC.

Art. 32º (6) Ativação dos direitos ao pagamento

² Nos termos do artigo 9º do Regulamento Delegado (EU) nº 1237/2016 da Comissão, de 18 de maio, que complementa o Regulamento (EU) nº 1308/2013 no que respeita às regras aplicáveis ao regime de certificados de importação e de exportação, conforme modelo estabelecido no anexo I do Regulamento de Execução (EU) nº1239/2016.

As superfícies utilizadas para a produção de cânhamo só são elegíveis se o teor de THC das variedades utilizadas não for superior a 0,2% e cuja semente utilizada pertença a variedade pertencentes ao catálogo comum das variedades das espécies de plantas agrícolas.³

Questões frequentes

Que Variedades e Sementes podem ser usadas?

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) é o organismo responsável a nível nacional pela inscrição de variedades e pelo controlo e certificação de sementes de espécies agrícolas. A estas matérias é aplicável o Decreto-Lei nº 42/2017, de 6 de abril. Esta legislação abrange todas as sementes da espécie *Cannabis sativa*, independentemente do destino a dar à produção obtida.

Assim, apenas podem ser usadas no cultivo variedades inscritas no Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas, ou outras autorizadas pela DGAV, e sementes oficialmente certificadas.

Em casos específicos, nomeadamente no caso da produção para fins medicinais, pode ser autorizado pela DGAV o não cumprimento das obrigações legais de uso de semente certificada e de inscrição da(s) variedade(s), desde que no fornecimento de sementes aos agricultores, estes não adquiram direitos, quer sobre as sementes quer sobre o produto da colheita. Para esta situação o requerente deve facultar todos os documentos necessários à DGAV, como determinado no número 2 do artigo 2.º do DL 42/2017.

Necessária autorização para o cultivo? De que entidade? Impedimento legal para a sementeira de cânhamo?

Para se cultivar cânhamo para fins industriais, é necessário apresentar à DGAV o formulário anexo devidamente preenchido e a restante documentação mencionada no procedimento para produção de Cânhamo em baixo descrita.

No caso do cultivo de cânhamo para fins industriais, das variedades de *Cannabis sativa* L, que seja objeto de pedido de ajuda, as funções de controlo serão efetuadas pelo Instituto Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) - DR 23/1999.

³ Art. 9º Reg. Delegado 639/2014: *sementes* que, em 15 de março do ano a título do qual o pagamento do ano a título do qual o pagamento é concedido constem do “catálogo comum das variedades das espécies de plantas agrícolas”, publicado em conformidade com o artº.17º. da diretiva 2002/53/CE do Conselho.

O INFARMED é autoridade competente para autorização da produção de cânhamo para fins medicinais, conforme disposto no Art.13º do DR61/94 e art.4º do DL 15/93 (repblicado pelo DR 28/2009), sem prejuízo do anteriormente referido no que respeita a(s) variedade(s) e a semente utilizada. Para mais informação sobre a produção de cânhamo para fins medicinais deverá ser consultada a página de Internet do INFARMED.

Área mínima e/ou máxima para semear?

Não existe nenhum limite definido.

Necessário ter quotas/direitos para produzir cânhamo?

Qualquer agricultor pode produzir cânhamo dentro do disposto na legislação.

Compradores para o produto?

Potencialmente com utilizações na indústria farmacêutica, alimentar, cosmética, têxtil, do papel e materiais de construção.

Onde se adquirem as sementes?

Deverá ser consultado o [Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas](#) onde constam todas as variedades de cânhamo inscritas e menção ao respetivo Responsável pela Seleção de Manutenção.

Procedimento para produção de Cânhamo

- Enviar à DGAV, o formulário anexo devidamente preenchido e anexando para cada lote de semente:
 - Foto das etiquetas de certificação da semente;
 - Boletim oficial de análise de THC.
- A DGAV, após verificação das embalagens de semente pelo inspetor de qualidade de semente da Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP), emite parecer sobre o pedido apresentado, comunicando ao requerente esse parecer com conhecimento à DRAP respetiva.

O requerente deve comunicar às autoridades locais PSP e GNR o documento Anexo com o parecer da DGAV.

Legislação aplicável

- Comunitária

Reg. (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento e do Conselho de 17 de dezembro, que estabelece uma organização comum de mercado dos produtos agrícolas e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º.922/72, CEE n.º.234/79, CE n.º.103797/2001, CE n.º.1234/2007 do Conselho.

Reg. (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento e do Conselho de 17 de dezembro, que estabelece as regras para o pagamento direto aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da Política Agrícola Comum, que revoga o regulamento (CE) n.º.637/2008 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º. 73/2009 do Conselho.

Reg. Delegado (UE) n.º. 639/2014 da Comissão de 11 de março, que completa o Regulamento n.º.1307/2013 do Parlamento e do Conselho, que estabelece as regras para o pagamento direto aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da Política Agrícola Comum e que altera o anexo X do mesmo regulamento. (Alterado pelo Reg. Delegado (UE) n.º 2017/1155 da Comissão de 15 de fevereiro relativo às medidas de controlo do cultivo do cânhamo e respetivo método de determinação do THC).

Reg. Delegado (UE) n.º. 640/2014 da Comissão de 11 de março, que completa o Regulamento n.º.1306/2013 do Parlamento e do Conselho no que diz respeito ao sistema integrado de gestão e de controlo, e às condições de recusa ou retirada de pagamentos, bem como às sanções administrativas aplicáveis aos pagamentos diretos, ao apoio ao desenvolvimento rural e a condicionalidade.

Reg. Delegado (UE) n.º. 641/2014 da Comissão de 16 de junho, que fixa as normas de execução do Regulamento (UE) n.º. 1307/2013 do Parlamento e do Conselho.

Reg. Delegado (UE) n.º 2016/1237 da Comissão de 18 de maio, que complementa o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 no que diz respeito às regras aplicáveis ao regime de certificados de importação e de exportação.

- Nacional

Decreto - Lei n.º 15/1993 de 22 de janeiro publicado no Diário da República I Série-A n.º 18 (Legislação de combate à droga).

Decreto Regulamentar n.º 61/1994 de 12 de outubro publicado no Diário da República I Série-B n.º 326 (controlo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas), republicado pelo Decreto Regulamentar n.º 28/2009 de 12 de outubro.

Decreto Regulamentar n.º 23/1999 de 22 de outubro publicado no Diário da República I Série-A n.º 247³.

Decreto Regulamentar n.º 19/2004 de 30 de abril publicado no Diário da República I Série-B n.º 102 (importação de cânhamo)⁴

Decreto- Lei n.º 42/2017, de 6 de abril, que regula o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas e a produção, o controlo, a certificação e a comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, com exceção das utilizadas para fins ornamentais.

Endereços das autoridades competentes

Autoridade Tributária (AT)

Direção de Serviços de Licenciamento

R da Alfândega, n.º 5, r/c, 1149-006 Lisboa

Tel: 218813842 Fax:218813986

dsl@at.gov.pt

www.portaldasfinancas.gov.pt

Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (NFARMED)

Tel +351 21 798 73 73 Fax +351 21 111 75 52

E-mail: cimi@infarmed.pt

Site: www.infarmed.pt

Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Campo Grande, n.º 50

1700-093 Lisboa

⁴ Altera o DR61/94

Direção de Serviços de Sanidade Vegetal

Divisão de Variedades e Sementes

E-mail: secdvs@dgav.pt

Tel. 213 613 200 Fax: 213 613 277

Site: www.dgv.min-agricultura.pt

Direções Regionais de Agricultura e Pescas

Norte - www.drapn.min-agricultura.pt

Centro - www.drapc.min-agricultura.pt

Lisboa e vale do Tejo - www.draplvt.min-agricultura.pt

Alentejo - www.drapal.min-agricultura.pt

Algarve - www.drapalg.min-agricultura.pt

Anexo

NOTIFICAÇÃO DE CULTIVO DE CÂNHAMO PARA FINS INDUSTRIAIS

1. Nome/denominação do agricultor _____
2. Número de identificação fiscal (NIF) _____
3. Endereço
 - 3.1 Localidade _____
 - 3.2 Código postal _____
 - 3.3 Telefone fixo _____ telefone móvel _____
 - 3.4 Email _____

Morada da exploração agrícola _____

Variedade(s)	Número do(s) lote(s) da semente	Número e peso unitário das embalagens	Nº. de parcelário(s)	Área (ha)	Semente (kg)/ha	Data provável da sementeira	Data estimada de colheita	Destino final da produção

Local de armazenamento da semente destinada à sementeira:

Data e assinatura do requerente:

PARECER DA DGAV:

Anexar: Boletins de análise do teor de THC referentes e foto das etiquetas de certificação de cada lote.